

II. DELIBERAÇÕES

CÂMARA

1. APROVAÇÃO DA ATA Nº 29/2023.

XIII MANDATO

ATA N.º 29/2023

Reunião ordinária pública de 09 de janeiro de 2023

Ao nono dia do mês de janeiro de dois mil e vinte e três, pelas nove horas e trinta minutos, no Auditório da Pousada da Juventude, Rua de Santa Margarida, Braga, realizou-se a reunião ordinária pública do Executivo Municipal, na qual compareceram os Excelentíssimos Senhores: **Presidente da Câmara – Ricardo Bruno Antunes Machado Rio** (Coligação Juntos por Braga) e os **Vereadores, Maria do Sameiro Macedo Araújo** (Coligação Juntos por Braga), **Altino Bernardo Lemos Bessa** (Coligação Juntos por Braga), **Olga Maria Esteves Araújo Pereira** (Coligação Juntos por Braga), **João Vasconcelos Barros Rodrigues** (Coligação Juntos por Braga), **Carla Maria Ferreira Sepúlveda** (Coligação Juntos por Braga), **Artur Jorge Oliveira Feio** (PS), **Adolfo Augusto Martins da Cruz Moraes Macedo** (PS), **Sílvia Cristina Conduto de Sousa** (PS), e **Bárbara Seco de Barros** (CDU). Faltou o Vereador **Hugo Alexandre Polido Pires** (PS), substituído por **Maria Helena Fernandes Teixeira** (PS). -----

Secretariou: Glória Fernandes Pereira, Assistente Técnica, a exercer funções na Unidade Administrativa de Apoio aos Órgãos Autárquicos, em substituição de Liliana Cristina Silva Veiga, Diretora de Departamento de Apoio ao Cidadão e Órgãos Autárquicos. Pelas nove horas e trinta minutos, verificada a presença de todos os Vereadores, foi declarada aberta a reunião. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

Para **conhecimento e informação** foi presente o **resumo da tesouraria** referente ao dia três de janeiro de dois mil e vinte e três, que aqui se dá por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. -----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

1. APROVAÇÃO DA ATA Nº 29 NOS TERMOS DO ARTIGO 57º DO ANEXO I DA LEI 75/2013 DE 12 DE SETEMBRO: Foi dispensada a leitura da ata, conforme deliberação tomada em reunião de dezoito de outubro de dois mil e vinte e um, respetivamente: **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

2. EMISSÃO DE PARECER – REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO TERRITÓRIO DAS FREGUESIAS – UNIÃO DAS FREGUESIAS ESTE (S. PEDRO E S. MAMEDE). Presente a seguinte proposta: “Submete-se a apreciação do Executivo Municipal o pedido efetuado pela Exma. Presidente da Assembleia Municipal de Braga, para efeitos de emissão de parecer, não vinculativo, da Câmara Municipal – Lei nº 39/2021, de 24 de junho, que define o Regime Jurídico de Criação, Modificação e extinção de Freguesias e revoga a Lei nº 11-A/2013, de 28 de janeiro, que procede à Reorganização Administrativa do Território das Freguesias relativo à pretensão da desagregação da União das Freguesias de Este (S. Pedro e S. Mamede) e a propósito da qual foi emitida informação pelo Departamento Jurídico desta Câmara Municipal, que se anexa”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE E REMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

3. EMISSÃO DE PARECER – REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO TERRITÓRIO DAS FREGUESIAS - UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ARENTIM E CUNHA. Presente a seguinte proposta: “Submete-se a apreciação do Executivo Municipal o pedido efetuado pela Exma. Presidente da Assembleia Municipal de Braga, para efeitos de emissão de parecer, não vinculativo, da Câmara Municipal – Lei nº 39/2021, de 24 de junho, que define o Regime Jurídico de Criação, Modificação e extinção de Freguesias e revoga a Lei nº 11-A/2013, de 28 de janeiro, que procede à Reorganização Administrativa do Território das Freguesias relativo à pretensão da desagregação da União das Freguesias de Arentim e Cunha e a propósito da qual foi emitida informação pelo Departamento Jurídico desta Câmara Municipal, que se anexa”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE E REMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

4. EMISSÃO DE PARECER – REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO TERRITÓRIO DAS FREGUESIAS - UNIÃO DAS FREGUESIAS DE VILAÇA E FRADELOS. Presente a seguinte proposta: “Submete-se a apreciação do Executivo Municipal o pedido efetuado pela Exma. Presidente da Assembleia Municipal de Braga, para efeitos de emissão de parecer, não vinculativo, da Câmara Municipal – Lei nº 39/2021, de 24 de junho, que define o Regime Jurídico de Criação, Modificação e extinção de Freguesias e revoga a Lei nº 11-A/2013, de 28 de janeiro, que procede à Reorganização Administrativa do Território das Freguesias relativo à pretensão da desagregação da União das Freguesias de Vilaça e Fradelos e a propósito da qual foi emitida informação pelo Departamento Jurídico desta Câmara Municipal, que se anexa”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE E REMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

5. EMPREITADA: ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE FORMAÇÃO DE CONTRATO “CONCURSO PÚBLICO Nº CPE.01.23. DMOSM – RESIDÊNCIA UNIVERSITÁRIA CONFIANÇA”.

Presente as seguintes propostas: **a)** Submete-se à consideração de Executivo Municipal, a proposta de abertura de procedimento de formação de contrato: Concurso Público n.º **CPE.01.23. DMOSM _RESIDÊNCIA UNIVERSITÁRIA CONFIANÇA** incluindo aprovação das respetivas peças de procedimento (Caderno de Encargos, Programa de Concurso e Programa Preliminar), conforme documentos constantes no processo. **b)** Remete-se ainda para aprovação a minuta de contrato relativo ao Protocolo a estabelecer com os proprietários da marca “CONFIANÇA”, através do qual será possível criar um espaço de memória expositiva com o espólio ainda existente, conforme documentos constantes no processo”. O **Vereador do PS, Adolfo Macedo**, fez uso da palavra e propôs que fosse acrescentado na componente de atividades culturais ou na componente de espaços multiusos do “Programa Preliminar - Residência Universitária Confiança”, a informação, *“nomeadamente um espaço expositivo para obras de grande formato”*. A **Vereadora da Coligação Juntos Por Braga, Olga Pereira**, considerou que a anterior redação já salvaguardava a questão das obras de grande formato, mas aceitou a referida proposta. **DELIBERADO APROVAR, COM AS ALTERAÇÕES PROPOSTAS PELO VEREADOR DO PS ADOLFO AUGUSTO MARTINS CRUZ MORAIS MACEDO, POR MAIORIA COM OS VOTOS A FAVOR DO PRESIDENTE DA CÂMARA RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO E DOS VEREADORES DA COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA, MARIA DO SAMEIRO MACEDO ARAÚJO, ALTINO BERNARDO LEMOS BESSA, OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA, JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES, CARLA MARIA FERREIRA SEPÚLVEDA, DOS VEREADORES DO PS, ARTUR JORGE OLIVEIRA FEIO, ADOLFO AUGUSTO MARTINS CRUZ MORAIS MACEDO, SÍLVIA CRISTINA CONDUTO DE SOUSA, MARIA HELENA FERNANDES TEIXEIRA E COM A ABSTENÇÃO DA VEREADORA DA CDU BÁRBARA SECO DE BARROS na alínea a).** -----

6. REGULAMENTO DO PROGRAMA BRAGA SOLIDÁRIA - PROPOSTA DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO. Presente a seguinte proposta: “Submete-se a proposta de abertura de procedimento do Projeto de Regulamento do Programa Braga Solidária, de acordo com as alíneas c), h), i) e k) do n.º 2 do artigo 23.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e no uso das competências expressamente referidas na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da referida Lei n.º 75/2013, conforme documentos constantes no processo”. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA COM OS VOTOS A FAVOR DO PRESIDENTE DA CÂMARA RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO E DOS VEREADORES DA COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA, MARIA DO SAMEIRO MACEDO ARAÚJO, ALTINO BERNARDO LEMOS BESSA, OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA, JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES, CARLA MARIA FERREIRA SEPÚLVEDA, DOS**

VEREADORES DO PS, ARTUR JORGE OLIVEIRA FEIO, ADOLFO AUGUSTO MARTINS CRUZ MORAIS MACEDO, SÍLVIA CRISTINA CONDUTO DE SOUSA, MARIA HELENA FERNANDES TEIXEIRA E COM A ABSTENÇÃO DA VEREADORA DA CDU BÁRBARA SECO DE BARROS. -----

7. OUTRAS ISENÇÕES/REDUÇÕES/TAXAS. Presente as seguintes propostas: “Do Departamento Financeiro - Divisão de Controlo da Receita, submetendo à consideração do Executivo Municipal, os pedidos de isenção de taxas, nos termos do Código Regulamentar do Município de Braga, ao abrigo: **a)** Dos nºs. 1 e 2 do artigo H-1/16º e artigo H-1/17º, mapa em anexo; **b)** Do nº. 4 do artigo H-1/16º, mapa em anexo – **Retirado da ordem de trabalhos a informação nº 85460 para melhor instrução do pedido;** **c)** Dos nºs. 1 e 2 do artigo H-1/16º e artigo H-1/17º - Proposta de indeferimento, mapa em anexo”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE E REMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA CONHECIMENTO. -----**

8. ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS A ENTIDADES | BRAGASOL. Presente as seguintes propostas: “Da **Vereadora com a área da responsabilidade da Inovação e Coesão Social, Carla Sepúlveda**, submetendo à consideração do Executivo Municipal, a aprovação de apoios financeiros para pagamento de encargos de ligação à rede pública de água nos termos do disposto na alínea v) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e na alínea a) do nº 2 do artigo 12º do Regulamento do Projeto Bragasol

DELIBERADO APROVAR

POR UNANIMIDADE. -----

9. APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA. DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE A PRESENTE ATA EM MINUTA NOS TERMOS DO NÚMERO TRÊS DO ARTIGO CINQUENTA E SETE ANEXO I DA LEI NÚMERO SETENTA E CINCO BARRA DOIS MIL E TREZE, DE DOZE DE SETEMBRO, PARA SURTIR EFEITOS IMEDIATOS. -----

-----OUTROS ASSUNTOS-----

---- Antes de ser dada a abertura a outros assuntos, o **PRESIDENTE DA CÂMARA**, iniciou com um voto de saudação pela designação ao arquiteto Hugo Pires para o cargo de Secretário de Estado do Ambiente, e “estamos satisfeitos quando vemos bracarenses em cargos de responsabilidade política e achamos que isso pode ser um bom contributo para a solução de alguns dos problemas que temos na

temática sobre gestão que agora lhe vai ser colocado aqui também”. Sendo unanime entre todos o referido voto de saudação. -----

---- Foi dada a palavra ao **Vereador do PS, Artur Feio**, que dispôs duas notas, sendo a **primeira** de preocupação, relativamente às intervenções no mercado do Carandá se existe já alguma previsão da data da intervenção, “pois continuam as queixas, os problemas, e o inverno tem sido exigente e tem massacrado”. Segundo o **Presidente da Câmara**, “está a ser desenvolvido o projeto e a curto prazo, “pelo menos aquela primeira parte de intervenção que tinha sido articulada com a Arte Total”. Relativamente ao acordo quadro o **Presidente da Câmara**, informou que o anterior cessou. “Os Senhores Vereadores, do Partido Socialista, trouxeram uma determinação do Tribunal de Contas a dizer que poderia ter sido sujeito a concurso público internacional, portanto, nós imediatamente suspendemos esse mesmo acordo quadro até ao final do seu prazo de vigência. “Estamos agora para conceber um novo concurso para ocorrer este tipo de situações. O problema é que nós temos tido dias instáveis (situação climática) e, não tem havido condições, até do ponto de vista financeiro, muito fáceis para poder acorrer de uma forma estruturada este tipo de situações”. A **segunda nota** prendeu-se com a recente intervenção nas redes sociais, feita pelo Presidente, sobre o estado das vias de circulação que já originou umas “largas centenas” de veículos danificados, assim “gostaria de perceber quais as soluções efetivas para a resolução do problema” por parte de Município. Ao que o **Presidente da Câmara**, reconhece que a intensidade das chuvas “acelerou muito” o processo de degradação das faixas de rodagem. “Além de acelerar a degradação das vias, a chuva também prejudica o processo de reparação, e quando não chove as equipas do Município, não tendo mãos a medir, estão no terreno para tapar os buracos que tem vindo a aparecer nas estradas, regressando a chuva, esse trabalho tem de ser suspenso”. -----

----- Pelo **Vereador do PS, Adolfo Macedo**, foi questionado, referindo um exemplo concreto, a situação do parque infantil, “parque do Feijó” que “desapareceu, ficando apenas a estrutura”, pondo assim em causa a segurança da população, bem como o que será feito a todos os parques infantis que foram “desmantelados”. O **Presidente da Câmara**, informou que “tivemos uma vaga remoção de parques infantis” devido a intervenção da ASAE, após queixas de munícipes. “A todos os presidentes de Junta foi sugerido parecer quanto ao estado dos parques infantis da sua área, neste sentido “aqueles que vão continuar em funcionamento serão reabilitados, nos outros casos, serão desativados futuramente” e as “juntas serão escutadas de forma a indicarem usos alternativos, como espaço público ou de lazer, entre outros fins”. -----

----- A questão levada pela **Vereadora da CDU, Bárbara Barros**, prendeu-se com uma recente notícia sobre uma parceria público privada e a construção de apartamentos na central de camionagem na sua requalificação, assim, questionou que “projeto é este, pois não tínhamos conhecimento”. Tinha conhecimento da possibilidade de existir mais um terminal, que seria “junto da estação de caminhos de ferro” e “sempre entendi que a requalificação seria no âmbito de melhoria das condições”, mas desconhecia que seria para construção de habitação na central de camionagem”, manifestou-se a Vereadora da CDU, contra esta opção do Município, apesar de reconhecer que a central de camionagem precisa de ser requalificada com urgência e “também compreendemos a necessidade de construir habitação, mas não pode ser a qualquer custo. Não sabemos em altura e em volumetria o que é que vai ali surgir”. O **Presidente da Câmara**, explicou que é necessário garantir condições para manter a central de camionagem em funcionamento pleno, isto porque não há previsão para a construção da estação intermodal. “Um dos nossos projetos é a construção da estação intermodal, que estava previsto ser instalada junto da estação de caminho de ferro. Tendo em conta que vamos ter uma nova estação ferroviária, vamos ter de aguardar para clarificar as opções do Governo. Assim, esta central de camionagem ganha outra pertinência e tem de ser reestruturada. Temos vindo a fazer melhorias, mas é necessária uma intervenção mais profunda”. “É para responder a essa intervenção profunda e responder a outra necessidade da cidade, que nós estamos a estudar a possibilidade de criar uma solução que permita a construção em altura por cima da central”, explicando que o modelo já é seguido noutras cidades, nomeadamente no Porto, onde existem escritórios ou habitação no nível superior. “Não se trata de uma parceria público-privada, mas sim de uma concessão de espaço”, explicou o Presidente da Câmara, confirmando que o assunto está a ser ponderado e “o modelo previsto é a central de camionagem na zona de baixo e a construção de habitação na zona superior. O empreiteiro pagará toda a obra, ficando obviamente o espaço da central nas mãos do município”, em troca do financiamento da obra, “o privado que assumir a requalificação da central de camionagem de Braga, atualmente designada por Centro Coordenador de Transportes, vai ganhar o direito de construir apartamentos por cima daquele equipamento. É esta a ideia que está a ser estudada pelo Município e que deverá ser aplicada igualmente para reabilitar o antigo quartel dos Bombeiros Sapadores de Braga, e a revisão do PDM enquadrou a possibilidade de avançar com estes projetos”. -----

-----INTERVENÇÃO AO PÚBLICO-----

----- Não havendo inscrições prévias para intervenção do público e nada mais a tratar o **PRESIDENTE DA CÂMARA**, deu por terminada a reunião. -----

ENCERRAMENTO: Às 11h e como não houvesse mais nada a tratar, foi pelo Excelentíssimo Presidente da Câmara encerrada a reunião da qual para constar se lavrou a presente ata que vai ser devidamente assinada pelo Excelentíssimo Sr. Presidente da Câmara Municipal e por mim, Glória Fernandes Pereira, Assistente Técnica, a exercer funções na Unidade Administrativa e de Apoio aos Órgãos Autárquicos. -----

XIII MANDATO

ATA N.º 30/2023

Reunião ordinária pública de 23 de janeiro de 2023

Ao vigésimo terceiro dia do mês de janeiro de dois mil e vinte e três, pelas nove horas e trinta minutos, no edifício GNRation, sito na Praça Conde Agrolongo, Braga, realizou-se a reunião ordinária pública do Executivo Municipal, na qual compareceram os Excelentíssimos Senhores: **Presidente da Câmara – Ricardo Bruno Antunes Machado Rio** (Coligação Juntos por Braga) e os **Vereadores, Maria do Sameiro Macedo Araújo** (Coligação Juntos por Braga), **Altino Bernardo Lemos Bessa** (Coligação Juntos por Braga), **Olga Maria Esteves Araújo Pereira** (Coligação Juntos por Braga), **João Vasconcelos Barros Rodrigues** (Coligação Juntos por Braga), **Carla Maria Ferreira Sepúlveda** (Coligação Juntos por Braga), **Artur Jorge Oliveira Feio** (PS), **Adolfo Augusto Martins da Cruz Moraes Macedo** (PS) e **Bárbara Seco de Barros** (CDU). Faltou o Vereador **Hugo Alexandre Polido Pires** (PS) e **Sílvia Cristina Conduto de Sousa** (PS), substituídos por **Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa** (PS) e **Maria Helena Fernandes Teixeira** (PS). -----

Secretariou: Cidália Alice Lopes Rodrigues, Técnica Superior, a exercer funções na Unidade Administrativa de Apoio aos Órgãos Autárquicos, em substituição de Liliana Cristina Silva Veiga, Diretora de Departamento de Apoio ao Cidadão e Órgãos Autárquicos. Pelas nove horas e trinta minutos, verificada a presença de todos os Vereadores, foi declarada aberta a reunião. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

Para **conhecimento e informação** foi presente o **resumo da tesouraria** referente ao dia dezassete de janeiro de dois mil e vinte e três, que aqui se dá por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. -----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

- 1. APROVAÇÃO DA ATA Nº 29 NOS TERMOS DO ARTIGO 57º DO ANEXO I DA LEI 75/2013 DE 12 DE SETEMBRO:** Foi dispensada a leitura da ata, conforme deliberação tomada em reunião de dezoito de outubro de dois mil e vinte e um, respetivamente: **RETIRADA DA AGENDA PARA RETIFICAÇÃO DO PONTO 4. DA ORDEM DE TRABALHOS.** -----

2. PROCESSO DISCIPLINAR.

A decisão cabe ao Executivo Municipal, no exercício da competência disciplinar, nos termos do disposto no art.º 197.º, n.º 4 da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas. Considerando a matéria a apreciar, a referida deliberação deverá ser tomada por escrutínio secreto, em cumprimento do n.º 3 do art.º 55.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro”. **POSTA A VOTAÇÃO A PROPOSTA FOI DELIBERADA APROVAR, COM SEIS VOTOS A FAVOR E CINCO VOTOS CONTRA.** -----

3. PROPOSTA DE ELIMINAÇÃO DOCUMENTAL Nº 1/2023, NOS TERMOS DA PORTARIA Nº 412/2011, DE 17 DE ABRIL, ALTERADA PELA PORTARIA Nº 1253/2009, DE 14 DE OUTUBRO.

Presente a seguinte proposta: “Submete-se à consideração do Executivo Municipal a **proposta de eliminação nº 1/2023**, dos documentos em anexo, identificados por estrutura orgânica, nuclear e flexível dos serviços do Município de Braga, no âmbito do artº 14º do Regulamento do Arquivo da Câmara Municipal de Braga, aprovado em reunião do Executivo Municipal de 21 de janeiro de 1993, e da Portaria nº 412/2001, de 17 de abril, que regulamenta a avaliação, seleção e eliminação de documentos das autarquias locais, bem como os procedimentos administrativos que lhe estão associados, pela Portaria nº1253/2009, de 14 de outubro”. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA COM OS VOTOS A FAVOR DO PRESIDENTE DA CÂMARA RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO E DOS VEREADORES DA COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA, MARIA DO SAMEIRO MACEDO ARAÚJO, ALTINO BERNARDO LEMOS BESSA, OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA, JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES, CARLA MARIA FERREIRA SEPÚLVEDA, COM A ABSTENÇÃO DOS VEREADORES DO PS, ARTUR JORGE OLIVEIRA FEIO, ADOLFO AUGUSTO MARTINS CRUZ MORAIS MACEDO, MARIA HELENA FERNANDES TEIXEIRA, RICARDO MIGUEL ANTUNES DA CUNHA RODRIGUES DE SOUSA E DA VEREADORA DA CDU BÁRBARA SECO DE BARROS.** -----

4. EMISSÃO DE PARECER – REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO TERRITÓRIO DAS FREGUESIAS - UNIÃO DAS FREGUESIAS DE MERELIM (SÃO PEDRO) E FROSSOS.

Presente a seguinte proposta: “Submete-se, a apreciação do Executivo Municipal, o pedido efetuado pela Exma. Presidente da Assembleia Municipal de Braga, para efeitos de emissão de parecer, não vinculativo, da Câmara Municipal, ao abrigo da Lei n.º 39/2021, de 24 de junho, que define o Regime Jurídico de Criação, Modificação e Extinção de Freguesias e revoga a Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro, que procede à Reorganização Administrativa do Território das Freguesias, relativo à pretensão da

desagregação da União das Freguesias de Merelim (São Pedro) e Frossos, e a propósito da qual foi emitida informação pelo Departamento Jurídico desta Câmara Municipal, que se anexa”.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE E REMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

5. EMISSÃO DE PARECER – REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO TERRITÓRIO DAS FREGUESIAS - UNIÃO DAS FREGUESIAS DE REAL, DUME E SEMELHE. Presente a seguinte proposta: “Submete-se, a apreciação do Executivo Municipal, o pedido efetuado pela Exma. Presidente da Assembleia Municipal de Braga, para efeitos de emissão de parecer, não vinculativo, da Câmara Municipal, ao abrigo da Lei n.º 39/2021, de 24 de junho, que define o Regime Jurídico de Criação, Modificação e Extinção de Freguesias e revoga a Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro, que procede à Reorganização Administrativa do Território das Freguesias, relativo à pretensão da desagregação da União das Freguesias de Real, Dume e Semelhe, e a propósito da qual foi emitida informação pelo Departamento Jurídico desta Câmara Municipal, que se anexa”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE E REMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----**

6. EMISSÃO DE PARECER – REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO TERRITÓRIO DAS FREGUESIAS - UNIÃO DAS FREGUESIAS DE MERELIM SÃO PAIO, PANÓIAS E PARADA DE TIBÃES. Presente a seguinte proposta: “Submete-se, a apreciação do Executivo Municipal, o pedido efetuado pela Exma. Presidente da Assembleia Municipal de Braga, para efeitos de emissão de parecer, não vinculativo, da Câmara Municipal, ao abrigo da Lei n.º 39/2021, de 24 de junho, que define o Regime Jurídico de Criação, Modificação e Extinção de Freguesias e revoga a Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro, que procede à Reorganização Administrativa do Território das Freguesias, relativo à pretensão da desagregação da União das Merelim S. Paio, Panóias e Parada de Tibães e a propósito da qual foi emitida informação pelo Departamento Jurídico desta Câmara Municipal, que se anexa”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE E REMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----**

7. PROCEDIMENTO CPR/140/22/DCP - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITORIA EXTERNA DAS CONTAS DO MUNICÍPIO DE BRAGA. Presente a seguinte proposta: “Submete-se à consideração do Executivo Municipal, com vista à aprovação da Assembleia Municipal, ao abrigo da alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, nos termos e para os efeitos do n.º 1 do art.º 77.º da Lei n.º 73/20123, de 3 de setembro, na sua versão atual, proposta de nomeação como auditor externo das contas do Município de Braga, a sociedade de revisores oficiais de Contas G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM SROC, LDA”. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA E REMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL, COM OS VOTOS A FAVOR DO PRESIDENTE DA CÂMARA RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO E DOS VEREADORES DA COLIGAÇÃO**

JUNTOS POR BRAGA, MARIA DO SAMEIRO MACEDO ARAÚJO, ALTINO BERNARDO LEMOS BESSA, OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA, JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES, CARLA MARIA FERREIRA SEPÚLVEDA, COM A ABSTENÇÃO DOS VEREADORES DO PS, ARTUR JORGE OLIVEIRA FEIO, ADOLFO AUGUSTO MARTINS CRUZ MORAIS MACEDO, MARIA HELENA FERNANDES TEIXEIRA, RICARDO MIGUEL ANTUNES DA CUNHA RODRIGUES DE SOUSA E DA VEREADORA DA CDU BÁRBARA SECO DE BARROS. -----

8. PROCEDIMENTO CPI/01/23/DCP - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE NADADORES SALVADORES. Presente a seguinte proposta: “Submete-se a ratificação do Executivo Municipal de todas as propostas constantes no ponto 3.º da **informação de abertura do procedimento**, aprovadas pelo Sr. Presidente da Câmara em 09 de dezembro de 2022, nos termos do disposto no n.º 3 do art.º 35.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, tudo de acordo com os documentos constantes do processo”.
DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE. -----

9. ATRIBUIÇÃO DE TOPÓNIMOS NAS FREGUESIAS DE ADAÚFE E PALMEIRA. Presente as seguintes propostas: “Submete-se à consideração do Executivo Municipal as seguintes propostas de atribuição de topónimos: **a) Freguesia de Adaúfe: Rua Beatriz Pinheiro** (Benemérita), no Lugar da Estrada: **Início** – Rua Nossa Senhora de Fátima || **Fim** – sem saída (Parque Desportivo). **b) Freguesia de Palmeira: Rua de Chousas** – Lugar da Ortigueira/Lugar da Carvalheira **Início** – Rua Cimo de Vila || **Fim** – sem saída; **Rua da Graça** – prolongamento – Lugar da Ortigueira/Lugar da Carvalheira **Início** – Rua da Carvalheira || **Fim** – Rua Cimo de Vila; **Praça Quinta de São Tiago** - Lugar do Assento/Quinta de São Tiago **Início** – Rua a propor || **Fim** – Rua a propor; **Rua Dr. Gastão Correia (médico)**– Lugar do Assento/Quinta de São Tiago **Início** – Rua de Santo António de Pitancinhos || **Fim** – Sem saída”.
DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

10. EMPREITADA: “RESIDÊNCIA UNIVERSITÁRIA CONFIANÇA” - CONCURSO PÚBLICO: CPE.01.23. DMOSM. Presente a seguinte proposta: “Submete-se, para **ratificação**, a decisão da Vice-Presidente da Câmara Municipal de Braga, de 17/01/2023, que aprova a alteração do programa preliminar e alteração/retificação do programa do concurso concernente à empreitada em epígrafe, tudo de acordo com os documentos constantes no processo”. **DELIBERADO RATIFICAR POR MAIORIA COM OS VOTOS A FAVOR DO PRESIDENTE DA CÂMARA RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO E DOS VEREADORES DA COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA, MARIA DO SAMEIRO MACEDO ARAÚJO, ALTINO BERNARDO LEMOS BESSA, OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA, JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES, CARLA MARIA FERREIRA SEPÚLVEDA, DOS VEREADORES DO PS, ARTUR JORGE OLIVEIRA FEIO, ADOLFO AUGUSTO**

MARTINS CRUZ MORAIS MACEDO, MARIA HELENA FERNANDES TEIXEIRA, RICARDO MIGUEL ANTUNES DA CUNHA RODRIGUES DE SOUSA E COM A ABSTENÇÃO DA VEREADORA DA CDU BÁRBARA SECO DE BARROS. -----

11. EMPREITADA: “REQUALIFICAÇÃO DA RUA COSTA GOMES - REAL”. Presente a seguinte proposta: “Propõe-se a **aprovação**, pelo Executivo Municipal, da fórmula de revisão de preços apresentada como contraproposta ao pedido de revisão extraordinária de preços submetido pela entidade executante, relativamente à empreitada identificada em epígrafe, tudo de acordo com os documentos constantes do processo”. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA COM OS VOTOS A FAVOR DO PRESIDENTE DA CÂMARA RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO E DOS VEREADORES DA COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA, MARIA DO SAMEIRO MACEDO ARAÚJO, ALTINO BERNARDO LEMOS BESSA, OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA, JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES, CARLA MARIA FERREIRA SEPÚLVEDA, COM A ABSTENÇÃO DOS VEREADORES DO PS, ARTUR JORGE OLIVEIRA FEIO, ADOLFO AUGUSTO MARTINS CRUZ MORAIS MACEDO, MARIA HELENA FERNANDES TEIXEIRA, RICARDO MIGUEL ANTUNES DA CUNHA RODRIGUES DE SOUSA E DA VEREADORA DA CDU BÁRBARA SECO DE BARROS. -----**

12. ABERTURA DE CONSULTA PÚBLICA PARA EFEITOS DE RECONHECIMENTO E PROTEÇÃO DE ESTABELECIMENTOS E ENTIDADES DE INTERESSE HISTÓRICO E CULTURAL OU SOCIAL LOCAL, AO ABRIGO DA LEI Nº 42/2017, DE 14 DE JUNHO - “LOJA COM HISTÓRIA”. Presente a seguinte proposta: “Submete-se à consideração do Executivo Municipal proposta de atribuição da distinção de “Loja com História” ao estabelecimento “Feira das Tapeçarias”, localizado no Centro Comercial Santa Bárbara, na Rua Dr. Justino Cruz, loja n.º 26 - UF de Braga (S. José de S. Lázaro e S. João do Souto), para abertura de consulta pública para efeitos de reconhecimento e proteção de estabelecimentos de entidades de interesse histórico e cultural ou social local ao abrigo da Lei n.º 42/2017, de 14 de junho”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

13. PROPOSTA DE ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA – ARU ESPAÇO CENTRAL E RESPECTIVOS ORU E PERU. Presente a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, a proposta de delimitação da ARU Espaço Central, assim como da Operações de Reabilitação Urbana correspondente e do consequente PERU, conforme disposto nos artigos 7.º e 8.º do Regime Jurídico de Reabilitação Urbana. Propõe-se ainda a abertura do período de discussão pública da respetiva proposta, por um prazo de 20 dias úteis, previsto no artigo 17.º do Regime Jurídico

de Reabilitação Urbana, e nos termos do artigo 89.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Do Território. Os projetos serão simultaneamente remetidos ao Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana, I.P., para emissão de parecer”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

14. PROPOSTA DE ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA – ARU EXPANSÃO DA CIDADE E RESPETIVA ORU. Presente a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, a proposta de delimitação da ARU Expansão da Cidade, assim como da Operações de Reabilitação Urbana correspondente, conforme disposto nos artigos 7.º e 8.º do Regime Jurídico de Reabilitação Urbana. Propõe-se ainda a abertura do período de discussão pública da respetiva proposta, por um prazo de 20 dias úteis, previsto no artigo 17.º do Regime Jurídico de Reabilitação Urbana, e nos termos do artigo 89.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Do Território. Os projetos serão simultaneamente remetidos ao Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana, I.P., para emissão de parecer”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

15. ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO A ENTIDADE. Presente a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, proposta relativa à atribuição de apoio financeiro ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, e da alínea c) do n.º 2 do artigo F-1/3.º do Código Regulamentar do Município de Braga, à **UPE- Associação Centro Social e Cultural Luso-Ucraniano**, no valor de **2.152,50€ €**, destinado à atividade do aconselhamento a cidadãos provenientes da Ucrânia”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

16. ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO/ENTIDADE - BRAGASOL. Presente a seguinte proposta: “Submete-se à consideração do Executivo Municipal a aprovação de apoio financeiro para pagamento de encargos de ligação à rede pública de água, nos termos do disposto na alínea v) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e na alínea a) do n.º 2 do artigo 12.º do Regulamento do Projeto Bragasol

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

17. APOIOS FINANCEIROS – CONTRATOS PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO 2022/2023. Presente as seguintes propostas: “Submetem-se à consideração do Executivo Municipal, nos termos enunciados no artigo 23º, nº 1 e 2, alínea f) da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a aprovação dos seguintes contratos-programa de desenvolvimento desportivo a celebrar com o **Município de Braga 2022/2023: a) Hóquei Clube de Braga – Hóquei em Patins Sad**, no valor

de 8.822,80€ (apoio 40% viagens-Itália); **b) Adenda ao contrato – programa, Hóquei Clube de Braga – Hóquei em Patins Sad**, no valor de 10.000,00€ (apoio pavilhão Sequeira); **c) Associação de Andebol de Braga**, no valor de 1.689,00€ (inscrições e seguro); **d) Associação de Cicloturismo BTT “Os Braguinhas”**, no valor de 2.200,00€ (provas e cronometragem; **e) Clube Desportivo Celeirós**, no valor de 2.500,00€ (nº de atletas); **f) Clube Desportivo Maximinense**, no valor de 3.000,00€ (nº de atletas); **g) Associação de Dança Desportiva Baixo Minho**, no valor de 4.538,00€ (inscrições)”.
DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

18. PROPOSTA DE ADENDA À DESIGNAÇÃO DOS REPRESENTANTES DO MUNICÍPIO NOS CONSELHOS GERAIS DOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS/ESCOLA NÃO AGRUPADA.

Presente a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, proposta de adenda à designação dos representantes do Município nos Conselhos Gerais dos Agrupamentos de Escolas/Escola Não Agrupada, no sentido de regularizar a substituição dos elementos cessantes nos diversos conselhos gerais, bem como a substituição da Vereadora nas suas faltas e impedimentos, tudo de acordo com proposta que se anexa”. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA COM OS VOTOS A FAVOR DO PRESIDENTE DA CÂMARA RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO E DOS VEREADORES DA COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA, MARIA DO SAMEIRO MACEDO ARAÚJO, ALTINO BERNARDO LEMOS BESSA, OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA, JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES, CARLA MARIA FERREIRA SEPÚLVEDA, COM A ABSTENÇÃO DOS VEREADORES DO PS, ARTUR JORGE OLIVEIRA FEIO, ADOLFO AUGUSTO MARTINS CRUZ MORAIS MACEDO, MARIA HELENA FERNANDES TEIXEIRA, RICARDO MIGUEL ANTUNES DA CUNHA RODRIGUES DE SOUSA E DA VEREADORA DA CDU BÁRBARA SECO DE BARROS.** -----

19. PROPOSTA DE TARIFÁRIO PARA 2023 – AGERE-EMPRESA DE ÁGUA EFLUENTES E RESÍDUOS DE BRAGA. EM. Presente a seguinte proposta: “Submete-se à consideração do Executivo Municipal proposta de tarifário da Agere-Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga, EM., a vigorar no ano de 2023, que se anexa”. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA COM OS VOTOS A FAVOR DO PRESIDENTE DA CÂMARA RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO E DOS VEREADORES DA COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA, MARIA DO SAMEIRO MACEDO ARAÚJO, ALTINO BERNARDO LEMOS BESSA, OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA, JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES, CARLA MARIA FERREIRA SEPÚLVEDA, COM VOTO CONTRA DOS VEREADORES DO PS, ARTUR JORGE OLIVEIRA FEIO, ADOLFO AUGUSTO MARTINS CRUZ MORAIS MACEDO, MARIA HELENA FERNANDES TEIXEIRA, RICARDO MIGUEL**

ANTUNES DA CUNHA RODRIGUES DE SOUSA E DA VEREADORA DA CDU BÁRBARA SECO DE BARROS. -----

20. REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE AMBIENTE E AÇÃO CLIMÁTICA DO MUNICÍPIO DE BRAGA – INÍCIO DO PROCEDIMENTO. Presente a seguinte proposta: “Submete-se, à apreciação do Executivo Municipal, a proposta do início do procedimento de regulamentação do “Conselho Municipal de Ambiente e Ação Climática do Município de Braga”, de acordo com a proposta em anexo”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

21. APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA. DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE A PRESENTE ATA EM MINUTA NOS TERMOS DO NÚMERO TRÊS DO ARTIGO CINQUENTA E SETE ANEXO I DA LEI NÚMERO SETENTA E CINCO BARRA DOIS MIL E TREZE, DE DOZE DE SETEMBRO, PARA SURTIR EFEITOS IMEDIATOS. -----

-----OUTROS ASSUNTOS-----

----- Pelo **PRESIDENTE DA CÂMARA**, foi dada a abertura a outros assuntos. -----

----- Iniciou o **Vereador do PS, Artur Feio**, que apresentou três assuntos. **O primeiro assunto** teve que ver com “alguma preocupação com uma onda de maior insegurança” na cidade de Braga manifestada por alguns cidadãos, relativa a alguns assaltos a viaturas, salientando a importância de refletir sobre essa questão, na tentativa de se perceber se é este “um problema pontual ou se é algo que deve levar a repensar as questões de segurança na cidade”. O **Presidente da Câmara** comunica que tem sido feito uma estreita articulação com a PSP e também com a GNR. Referindo que é “necessário fazer uma distinção, pois no caso de roubo de viatura não é um roubo comum, ou seja, verifica-se uma criminalidade organizada, onde existe um trabalho que é a PSP a desenvolver. Depois temos o que podemos considerar como pequena criminalidade, como assaltar uma loja, e aí sim, sempre que sinalizado um maior foco verificamos as condições de segurança, como a iluminação, etc. Existe um diálogo com a PSP, até por insistência destes, no “sentido de criação de sistemas de vídeo vigilância, nomeadamente nas zonas centrais da cidade, mas ainda avançamos”. **O segundo assunto** teve que ver com uma visita realizada ao Pavilhão de Vilaça e Fradelos que, segundo o mesmo, sendo um equipamento novo “apresenta sérias e graves patologias que inibem a sua utilização e o seu uso público”, alguns deles de construção, outros que eventualmente resultarão do projeto, dando o exemplo da obstrução da saída de emergência, de giestas e arvoredos, e de situações de entrada de água no pavilhão. Referiu ainda, o Vereador Artur Feio, que o equipamento é muito pouco frequentado, sendo

utilizado apenas pelo clube da terra e esporadicamente por alguns particulares, havendo a necessidade de criar uma sinergia com os clubes próximos, algo que ajudaria também a colmatar o problema da procura e oferta deste tipo de equipamentos no centro da cidade. A **Vice-Presidente, Sameiro Araújo**, bem como o **Administrador da SGEB**, informam que o problema do referido equipamento é “mesmo de localização e os problemas estruturais advêm daí, ou seja, este não deveria ter sido construído naquele local”. Em forma de resposta relativamente à pouca adesão no uso do pavilhão a Vice-Presidente informa que, “ao longo dos anos tem vindo a trabalhar no sentido de minimizar e rentabilizar equipamentos com pouca adesão”, que é o caso, de forma a ser frequentado por “clubes que não tenham onde treinar e a divulgar a disponibilidade do equipamento para formação, treinos, etc. **Quanto ao terceiro assunto**, trazido pelo Vereador Artur Feio, referiu um encontro realizado com os feirantes, na Feira da Alameda do Estádio, referindo que “a situação continua bastante complicada” e que obteve a informação de que “os feirantes foram avisados de que deixariam de ter a atividade na Alameda do Estádio e passaria a sua atividade a ser exercida junto do Estádio 1.º de Maio”, solicitando um esclarecimento quanto às licenças que os feirantes se encontram a pagar, cujos documentos fazem referência a um espaço junto ao Mercado Municipal como o lugar onde a atividade se desenvolve, o que confere a expectativa que a situação atual será algo temporal, sublinhando que, do ponto de vista da operacionalização mais burocrática, os serviços deveriam já ter atualizado essa questão. Referiu ainda um documento de dia 1/06/2020, assinado pelo Presidente da Câmara que citou da seguinte forma: “Uma vez ultrapassadas as condicionantes da pandemia, a Feira do Mercado retomar a sua atividade na Praça do Comércio, exclusivamente na rua traseira do Largo Conde de Agrolongo, tal como definido no projeto de requalificação do Mercado Municipal, que é de conhecimento de todos os operadores”; questionando, de seguida, se este documento é para cumprir ou não? Concluiu ao referir que dos “101 estão atualmente 41 feirantes a exercer a sua atividade “do mercado para a alameda, houve uma redução de cerca de 60/70% da faturação de cada um, ou seja, já é difícil a atividade comercial destas pessoas e que, naturalmente, a transferência para junto do 1.º de Maio, ainda mais dificuldades acarretará e alguns deles desistirão de uma vez por todas da atividade, e portanto, aquilo que nós temos de perceber é se existe essa consciência e como é que o município se comporta mediante à solução e responsabilidade que agora recusa.” O **Presidente da Câmara**, explicou que a feira terá de deixar a Alameda do Estádio devido à “intervenção de regeneração urbana a realizar pelo Sporting de Braga”. A lógica do Município é assim “congregar todas as feiras” junto ao Parque da Ponte, sendo que a feira do mercado, por ser mais pequena, não implicará o corte da estrada nacional. “O local tem todas as condições para acolher a feira”, lembrando que foi feita uma intervenção que

dotou o espaço de todas as condições, nomeadamente a nível de pavimento e sanitários. “Além de que é um local com bons acessos e servido por muitos transportes públicos”. O Presidente da Câmara, colocou de parte o regresso dos feirantes para junto do Mercado Municipal, em concreto para a rua entre o equipamento e as traseiras do Lar Conde de Agrolongo, que tem como única a entrada de viaturas através daquela artéria, é um dos motivos evocados para o não regresso da feira à Praça do Comércio. -----

----- A questão levada pela **Vereadora do PS, Maria Helena Teixeira**, prendeu-se com o estado da estrada que passa junto à praia Fluvial de Adaúfe. Segundo a mesma, “até ao Parque Industrial de Adaúfe tem havido intervenções, mas a partir daí não”. Trata-se de uma estrada com “uma grande extensão, onde se verifica um grande nível de degradação com vários buracos” e sublinhando ter conhecimento que a Junta de Freguesia já solicitou a nivelção do piso, questionando assim se isso está a ser equacionado. O **Presidente da Câmara** comunica que foi efetivamente priorizado o acesso ao parque industrial, não só pelo acesso às empresas, mas também porque era a zona mais degradada pela passagem de camiões, mas está a ser feito um estudo pois não existia projeto para o resto da via, afim de perceber se necessita de projeto ou de uma mera pavimentação. Dentro de algumas semanas já saberemos”. -----

----- Pela **Vereadora da CDU, Bárbara Barros**, foi solicitado um ponto de situação “tendo em conta as recentes preocupações trazidas a público pela ASPA relativamente à construção do hotel junto ao Edifício das Convertidas”, com o objetivo de perceber se a obra está parcialmente embargada, declarando igualmente a sua preocupação quanto à informação da DRCN que, segundo a mesma, dá conta de um incumprimento “daquilo que era a condicionante para a aprovação do projeto de elaboração e construção do hotel”. De seguida, questionou “como é que o dono da obra, sabendo que o seu licenciamento é condicionado ao cumprimento de determinadas medidas, as incumpre grosseiramente desta forma” e o motivo pelo qual se procedeu à demolição de um edifício que tem causado maior fragilidade de uma das paredes da capela. Solicitou ainda, sobre a construção de um parque subterrâneo, a confirmação da informação sobre a instalação de um equipamento que permitirá acompanhar e dar sinal caso algum deslocamento de terras se torne perigoso. Terminou questionando se existem planos para que o edifício passe para âmbito municipal. O **Presidente da Câmara** referiu que “nada do que tem sido feito do ponto de vista urbanístico, em matéria de embargos, ou das dúvidas suscitadas pela DRCN tiveram a ver com questões ligadas à salvaguarda do Edifício das Convertidas, tem a ver com a execução do projeto do hotel e daquilo que era estabelecido como normas de salvaguarda em relação ao espaço onde o hotel está a ser implantado e nada tem a ver

com o edifício”, sublinhando que se tem procurado minorar os impactos da obra sobre o Edifício das Convertidas. “Houve de facto uma desconformidade com aquilo que estava aprovado e sempre que isso acontece, neste ou noutro projeto, a Câmara atua.” Sobre a questão da propriedade, referiu que “as Convertidas pertencem ao Ministério da Administração Interna, está a ser negociado há 6 anos com a Direção Geral de Tesouro uma pergunta que envolve também as Convertidas com a CIM Cávado por causa do Palácio dos Biscainhos e aguardamos que Ministério da Administração Interna dê uma declaração para a Direção Geral das Finanças onde mencione que prescinde do edifício das convertidas para que ele seja incluído neste pacote de transação, o que ainda não aconteceu”. O **Vereador João Rodrigues** relativamente ao papel dos intervenientes neste assunto, Câmara Municipal e DRCN, quis esclarecer que existe “uma boa articulação e colaboração, mas muitas das vezes fica a ideia de que a DRCN é que se apercebe das situações e a Câmara apenas vai atrás. Pelo contrário quem se apercebeu da desconformidade, ou seja, o projeto não estava a ser feito em conformidade com o aprovado, e procedeu ao embargo foi a Câmara Municipal e não da DRCN”. -----

-----**INTERVENÇÃO AO PÚBLICO**-----

----- Pelo **PRESIDENTE DA CÂMARA**, foi dada a abertura à intervenção do público. -----

----- A **cidadã Sameiro Lourenço**, em representação da associação APRILB (Associação de Pensionistas Reformados e Idosos de Lomar), solicitam resposta, quanto ao ponto de situação da cedência de terreno à associação para construção de Centro de Dia e Lar, uma vez que existe um “processo judicial por parte de um dos herdeiros que quer o terreno” e desde “junho de 2022 que não temos qualquer tipo de comunicação por parte do Município”. “Qual a precisão do desencravar desta situação? estamos a perder o PPR e não conseguimos fazer nada nem andar com o licenciamento da estrutura”. O **Presidente da Câmara**, informa que todo o processo foi legítimo e “relativamente ao processo judicial imposto pelo loteador não podemos fazer nada” e tem “conhecimento que os serviços municipais tentaram arranjar um outro terreno para satisfazer a pretensão da associação”. “O recente terreno proposto para cedência iria ser em contexto da revisão do PDM” e atualmente “aguardamos a revisão do PDM que é este ano”, ou seja, até ao último dia do presente ano, e assim “teremos condições para a cedência desse terreno à associação”. -----

----- Pelos **cidadãos José Machado e José Carvalho** foi trazido o assunto referente à colocação de placas de sentido proibido em três ruas junto ao parque de jogos Dr. Augusto Correia, na freguesia de Palmeira. Segundo o **cidadão José Machado**, “tudo isto para satisfazer alguns e para prejuízo dos

moradores e de todos aqueles que utilizam aquelas ruas, inclusive os TUB”. Dando também a conhecer “que quem o fez, ou mandou fazer, além de não auscultar os moradores também não deve conhecer as ruas” e deixou sugestões como, “sensibilizar os pais para não estacionarem em segunda fila” e existindo mais “fiscalização policial”, pois as “ruas são largas e não era necessário a colocação destes sinais”. Pelo **cidadão José Carvalho**, foi dado a conhecer que “estas alterações chegaram aos moradores através do jornal da paróquia” e onde referia “sendo um pedido efetuados pelos moradores”, isto “é falso, falso, falso”. Mostrando também o desagrado quanto à postura do presidente da junta de freguesia quando questionado sobre o assunto e tendo sido “feito um baixo assinado” sobre o assunto. O **Presidente da Câmara**, rececionou o referido baixo assinado e refere que esta “alteração de trânsito foi proposta pela junta de freguesia tendo sido validado pela Divisão de Trânsito e dos transportes urbanos, e sempre que isso acontece, é feito um período de monotorização de forma a perceber se os problemas causados são maiores ou não com a alteração efetuada. Caso o problema seja maior a situação tem de ser novamente analisada, caso não seja mantem-se as alterações efetuadas, e sim teremos em conta a vossa intervenção”. -----

----- Não havendo nada mais a tratar o **PRESIDENTE DA CÂMARA**, deu por terminada a reunião. ----

ENCERRAMENTO: Às 11h e 40m e como não houvesse mais nada a tratar, foi pelo Excelentíssimo Presidente da Câmara encerrada a reunião da qual para constar se lavrou a presente ata que vai ser devidamente assinada pelo Excelentíssimo Sr. Presidente da Câmara Municipal e por mim, Cidália Alice Lopes Rodrigues, Técnica Superior, a exercer funções na Unidade Administrativa e de Apoio aos Órgãos Autárquicos. -----